

Os doze trabalhos de Obama

Henrique Rattner^{*}
FEA/USP



Hercules e Obama

A alegoria com o semideus da mitologia latina, filho de Júpiter e de Alcmena, dotado de poderes sobre humanos e chamado a executar doze tarefas impossíveis para um mortal comum não parece um exagero ao analisar os desafios políticos e econômicos enfrentados pelo atual presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Eleito por maioria expressiva de votos da população profundamente decepcionada pelo governo Bush e passados 300 dias desde sua posse, é possível fazer um primeiro balanço de seu governo. Obama herdou o país no meio da pior recessão das últimas décadas e deve enfrentar graves problemas na política interna e externa, sem falar da tremenda responsabilidade de recuperar o prestígio e o respeito pelo país que continua sendo a maior potência econômica e militar do mundo.

Política e economia

As duas promessas feitas durante a campanha eleitoral – a reforma do sistema de saúde e a implantação de um “cap and trade system” para controlar as emissões de gases de efeito estufa encontram grandes dificuldades para convencer e conseguir a adesão da população e do Congresso.

Indubitavelmente popular junto à população norte-americana, sobretudo a juventude e as minorias étnicas, Obama certamente também foi surpreendido com o agraciamento do prêmio Nobel da Paz, nove meses após iniciar seu mandato e interpretado pelos analistas e a mídia como a manifestação de agrado e apoio a seus pronunciamentos a favor de negociações em busca de entendimento, em vez da política de força e de intervenção armada preconizada e praticada por seu

antecessor na Casa Branca, George W. Bush.

Entretanto, à medida que se aproxima o fim do ano 2009, o cenário interno e externo continua caracterizado pela apreensão e cautela da população, dos consumidores e dos produtores, diante as incertezas da economia e dos intrincados problemas da política externa.

O Congresso no qual os democratas têm a maioria dos votos é composto por muitos grupos de pressão e de interesses e, por isso, não está em condições de tomar decisões duras, rápidas e eficazes. Seus membros estão mais preocupados com os feudos eleitorais do que com o futuro da república. Os presidentes das comissões procuram defender suas prerrogativas e a Câmara de Deputados está dominada por veteranos liberais, mais à esquerda do que seus eleitores, enquanto no Senado reinam os conservadores dos dois partidos, democratas e republicanos. Nestas condições, as propostas encaminhadas por Obama ao Congresso carecem de poder de influenciar e conseguir a votação, por exemplo, da lei de “cap and trade” para cortar as emissões de CO₂ das indústrias, com forte poder de “lobby”. Da mesma forma, a recente reforma de regulação das transações financeiras revelou sua inadequação para controlar a complexidade do setor financeiro, por não conseguir retirar os poderes de fiscalização e supervisão das comissões do Congresso. No auge da recessão, as empresas sob forte pressão da queda da demanda não somente desempregam seus trabalhadores, mas também cortam salários e impõem férias compulsórias não remuneradas.

Obama enfrenta a pior recessão em mais de meio século e, a esta altura, os meios de comunicação não lhe poupam

críticas, sem falar daqueles que o chamam de “comunista”.

O governo emprestou centenas de bilhões de dólares a fim de estimular a economia, concedeu garantias aos bancos e ao setor imobiliário enquanto as receitas de impostos e tributos continuam a diminuir. Paira no horizonte uma crise de dívidas governamentais a longo prazo. Embora não se trate de um problema agudo, a lenta recuperação da economia torna politicamente difícil a redução da dívida pública. Os vencimentos de dívidas de curto prazo (menos de um ano) pularam de 30% para 40%. Os Estados Unidos são os maiores tomadores de empréstimos do mundo, graças ao tamanho de sua economia, a estabilidade e a tradição de 200 anos em pagar suas dívidas no vencimento. Apesar do déficit em contas correntes e o nível de sua dívida, os EUA continuam a usufruir da classificação de AAA das agências, por causa de sua “flexibilidade externa única”, ou seja, sua posição de moeda de reserva internacional. A parcela de moeda estrangeira nas reservas globais permanece elevada, por volta de 65%, contra 59% em 1995. Os bancos centrais de todo mundo continuam a comprar dólares e letras do tesouro norte-americano, simplesmente “por falta de alternativa”.

Entretanto, a tendência de crise latente e lenta persiste. A dívida pública que estava em 37% do PIB, há dois anos, agora está em 56%. Se a economia voltar a crescer, será possível reduzir o déficit. A previsão do governo é de uma estabilização do déficit ao redor de 4% do PIB, e da dívida em 77%, por volta de 2019. Dívidas desta magnitude tendem a elevar a taxa de juros e a reduzir os investimentos produtivos. Ademais, grandes déficits que elevam

os juros e competem não somente pela poupança, mas levantam também dúvidas sobre a capacidade de honrar as dívidas contraídas.

Os conservadores estão preocupados com o nível crescente da dívida do governo, sobretudo o déficit fiscal de 1,4 trilhão de dólares.

A estabilização da dívida como parcela do PIB exige uma combinação de rápido crescimento econômico, impostos e tributos mais altos e a contenção dos gastos governamentais, como aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, quando a proporção alcançou 100%. Nas últimas décadas, países ricos como a Dinamarca, Suécia e Canadá, que se endividaram em excesso, conseguiram retornar ao equilíbrio fiscal sem recorrer à inflação ou à inadimplência. Outro exemplo relevante é o caso do Japão, que atravessou uma séria crise bancária no início dos anos noventa, quando a taxa de crescimento da economia, a deflação e os vários planos de estímulo à economia elevaram dramaticamente a relação dívida/PIB, acima dos 100%. A taxa de juros permaneceu baixa porque, contrariamente aos EUA, o governo japonês lançou mão da poupança interna de sua população. O governo norte-americano admite que seus déficits projetados para os próximos anos são elevados demais. Mas reduzir os gastos ou elevar os impostos poderia prejudicar a economia e aumentar ainda mais o déficit. Corretamente, o secretário do Tesouro Tim Geithner, quando questionado sobre os rumos da política econômica do governo, respondeu secamente “crescimento econômico é prioridade”.

No fim de 2009, surgem sinais de que o pior da crise econômica dos EUA estaria sendo superado. Mas a aparente melhora no desempenho da economia é

devida em grande parte aos pacotes de estímulo, como o “American Recovery and Investment Act”, que injetou 787 bilhões de dólares na economia, além de outros programas setoriais. Discutem-se novas opções de estímulos à produção e ao emprego, mas o déficit de US\$ 1,4 trilhão deixa pouco espaço para intervenções de custo elevado. A melhora observada no crescimento do PIB no terceiro trimestre de 2009 está ligada a um programa federal que estimula a compra de veículos com consumo mais eficiente de combustíveis, o que salvou, pelo menos temporariamente, o setor automotivo da falência. Da mesma forma, os investimentos no setor imobiliário, que desabaram no ano passado, avançaram em 23%, impulsionados por benefícios fiscais.

Convém adotar uma atitude cautelosa antes de proclamar o fim da crise. O parâmetro efetivo para medir o crescimento econômico é a expansão do emprego e da renda em mãos dos consumidores. Entretanto, o desemprego continua sendo a maior preocupação do governo Obama, com quase 10% da força de trabalho fora do mercado. E, embora o ritmo de demissões esteja diminuindo, ainda não existem sinais de aumento significativo de novas contratações. O crescimento do consumo no terceiro trimestre foi devido ao aumento dos gastos com a aquisição de bens duráveis, sobretudo automóveis, estimulando a troca de veículos usados por novos, mais limpos e eficientes. Finalmente, os créditos tributários a proprietários de imóveis que reanimaram o mercado habitacional serão retirados ainda este ano, o que leva a duvidar da continuidade do consumo elevado, sem o apoio do governo. Assim, à medida que se aproxima o fim de 2009, o cenário continua sendo de apreensão e cautela

dos consumidores, ante as incertezas da economia.

Apesar desses sinais de fraqueza da moeda norte-americana, ela permanece firme, enquanto a China, com reservas de mais de 800 bilhões de dólares mantém sua moeda atada à norte-americana. Assim, parece pouco provável que o dólar perca sua posição de moeda de reserva, papel que nem o euro nem o yen estariam em condições para assumir, evitando assim, por enquanto, o colapso da moeda norte-americana.

Saúde e meio ambiente

O sistema de saúde norte-americano é o mais caro do mundo. Os Estados Unidos gastam o dobro per capita do que a Suécia para financiar seu sistema de saúde – no total de 16% do PIB. Entretanto, sua população não apresenta os indicadores de saúde esperados para o país mais rico do mundo. Em termos comparativos, os gastos dos EUA representam o dobro dos países da OCDE – a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega os países mais ricos do mundo. A mortalidade infantil, a expectativa ao nascer e as taxas de sobrevivência após um infarto colocam bem baixos os indicadores norte-americanos em relação à média dos 28 países membros. Ao mesmo tempo, por causa do elevado custo dos seguros de saúde, quase 50 milhões de norte-americanos não estão cobertos por nenhum plano de saúde. Os custos dos seguros de saúde afetam a economia e as finanças públicas sob três formas: primeiro, a metade da população – a maioria de crianças, idosos, mais pobres e funcionários públicos – recebe seu seguro saúde do governo, onerando os contribuintes e consumindo parcelas crescentes dos orçamentos federal e estaduais. Em segundo lugar, os

sistemas privados de seguro saúde constituem um sério problema para os empregadores (vide o caso da concordata da General Motors). Em terceiro lugar, as elevadas taxas de seguro saúde reduzem os salários dos trabalhadores. Todos os países ricos sofrem esses problemas, mas nenhum está em pior situação do que os EUA.

Qual seria a saída para o governo Obama? Privatizar os serviços de saúde não resolveria os problemas dos mais carentes, mas a socialização dos serviços de saúde encontra forte resistência entre a população, sobretudo a classe média e o Partido Republicano, que rejeitam qualquer proposta de socialização, evocando o espectro do “socialismo”.

Pouco mais de um mês nos separa do início da Reunião de Copenhague, que deverá estabelecer os parâmetros de redução das emissões de gases de efeito estufa no mundo, as grandes questões e as novas metas que devem orientar as políticas ambientais, pelo menos para a próxima década.

Os Estados Unidos, único país entre os desenvolvidos que não assinou o Protocolo de Kyoto em 1997, continuam a protelar qualquer decisão que possa servir de exemplo para a comunidade internacional. Para substituir as metas de Kyoto – reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 5,2% em relação ao nível do ano 1990, até se chegar a 2012, todos os países devem apresentar metas quantitativas de redução. Os planos nacionais teriam força de lei, mas seu não cumprimento não estaria sujeito a sanções internacionais.

A atitude dos Estados Unidos na próxima reunião sobre mudança climática será decisiva para o futuro do mundo. Uma nova recusa de assinar o

protocolo numa reunião internacional que requer unanimidade para fazer valer sua resolução inviabilizaria todos os esforços e os inúmeros estudos e reuniões realizados nos últimos anos para se chegar a um consenso amplo e operacional de todos os países.

Em meados de 2009, a Câmara de Deputados aprovou a lei Waxman-Marley visando a redução de suas emissões de gases efeito estufa. Os legisladores norte-americanos cogitam uma redução de 17% no nível das emissões de 2005, até o ano 2020, o que significaria pouco mais de 1% ao ano. Sob os efeitos desta lei, cada poluidor poderá comprar créditos de até 2 bilhões de dólares ao ano que compensariam determinada quantia de emissões de CO₂, através de projetos de reflorestamento nos países pobres. Entretanto, cálculos de céticos desse MDL – “mecanismo de desenvolvimento limpo” indicam que se os poluidores utilizarem o máximo de seus créditos, as emissões domésticas, até 2020, aumentariam em 38%!

Neste contexto, o governo Obama, embora conclamando todos os países a agirem de forma rápida e concertada, não foi capaz de oferecer qualquer proposta prática e específica de como agir. Não é de se admirar que na reunião preparatória de Barcelona, realizada no começo de novembro, os representantes dos países pobres tenham dirigido fortes críticas aos Estados Unidos.

Os debates giram ao redor de três pontos principais:

- Como serão estabelecidas as metas do novo protocolo para 2020?
- Quem pagará para os países pobres os custos do combate à mudança climática e qual será o montante de recursos a ser transferido e desembolsado?

- Quem irá administrar e supervisionar os recursos provenientes dos créditos?

Os Estados Unidos, por sua vez, pressionam os países emergentes – China, Índia, Brasil, África do Sul e Indonésia – a revelarem suas propostas imediatamente. Mas os representantes desses países rejeitam as pressões dos delegados norte-americanos, sem que estes revelem antes as suas metas. Mantendo-se as discussões neste nível, a probabilidade de um novo fracasso não pode ser excluída, cabendo o ônus político aos EUA.

A matriz energética norte-americana é baseada principalmente em energia fóssil – carvão e petróleo –, tendo em conta os padrões de consumo da população, acostumada ao longo do século vinte a desperdiçar energia (e a poluir o meio ambiente) com carros movidos por motores potentes e ineficientes em termos de quilometragem por unidade de combustível, enquanto o imenso parque industrial continua sendo movido por termoeletricas a carvão e petróleo.

Mudar a matriz energética leva muito tempo e exige recursos para investimentos em infra-estrutura, equipamentos e tecnologia que, nesta conjuntura histórica, estão fora do alcance de uma economia profundamente abalada pela maior crise desde os anos trinta. Por isso, a margem de manobra e a capacidade decisória de Obama, no que concerne à política ambiental dos EUA, são extremamente limitadas e assim há de permanecer nos próximos anos, pois o governo Obama não está em condições de assumir compromissos firmes de combate ao aquecimento global, seja por meio de MDL, seja por corte significativo de suas próprias emissões.

Os atoleiros no Iraque e no Afeganistão.

Os Estados Unidos ainda estão atolados numa grave crise econômica, com elevado número de desempregados, déficit fiscal e nas contas correntes, além dos gastos astronômicos com o financiamento das duas guerras – no Iraque e no Afeganistão. O conflito no Iraque está longe de ser resolvido e, assim, o cumprimento da promessa de retirada das tropas norte-americanas fica cada vez mais distante. Pior ainda, no Afeganistão, as atividades bélicas do Talibã recrudesceram e o comandante norte-americano dos efetivos da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte – exige reforços de tropas e material bélico para manter o controle sobre as poucas regiões dominadas pelos aliados e os contingentes do governo de Cabul despreparados para a luta contra guerrilha. Internamente, o governo Obama enfrenta sérios problemas, a começar pela resistência na Câmara de Deputados e no Senado para aprovar o plano de seguro saúde, pelo qual pretende estender esse benefício a 45 milhões de americanos, desprovidos de qualquer proteção de um sistema nacional de seguro saúde.

O aumento do número de vítimas entre os soldados norte-americanos nas duas frentes agrava o dilema do governo Obama. A queda de dois helicópteros com tropas norte-americanas no Afeganistão e os atentados à bomba em grande escala no Iraque, ambos na segunda quinzena de outubro de 2009, expuseram claramente os riscos que Obama enfrenta para cumprir sua promessa eleitoral de retirar as tropas do Iraque e transferir a maior parte para o Afeganistão, onde o Talibã está lançando uma campanha feroz para reconquistar territórios. No mesmo período, 155 pessoas morreram em

atentados a bomba no Iraque, contra edifícios situados no “cinturão verde”, o bairro mais protegido da capital, Bagdá.

Ambas as ocorrências apontam claramente para a deterioração da situação nos dois países, fato particularmente grave após o aumento dos efetivos norte-americanos no Afeganistão em 21.000 soldados, em que pese o pedido do comandante militar, general McCristal, por mais reforços de 40.000 homens. A presença de tropas americanas no Iraque foi reduzida em 13.000 soldados desde a posse de Obama e hoje chega a 130.000 soldados, cujo número deve diminuir para 50.000 até agosto de 2010, conforme a promessa do presidente. Os riscos políticos e militares que a retirada das tropas do Iraque possa causar complicam bastante as opções de Obama. Se a situação no Iraque se agravar, o presidente terá que optar entre a segurança no Iraque e a retirada prometida, com todas as implicações para os recursos a serem destinados ao Afeganistão.

No oitavo ano do conflito lançado por George W. Bush, verificam-se os mais violentos combates, além da crise política sobre a legitimidade do presidente Hamid Karzai, acusado de corrupção, e a queda de apoio à guerra nos países parceiros da OTAN. O comandante-geral McCristal exige reforços de mais 40.000 soldados, além dos 100.000 que atualmente se encontram no país. As opiniões dos conselheiros do presidente se dividem entre aqueles que advogam uma estratégia de contra-insurgência, para ganhar o apoio da população civil na construção de um governo estável, e aqueles que sugerem ataques aéreos em massa, apoiados por forças especiais operando em terra. Os estrategistas oscilam entre a luta prioritária contra Al

Qaeda ou o Talibã, ambas consideradas inevitáveis. Mas, ao contrário do conflito no Iraque, predominantemente contra guerrilhas urbanas, a insurreição no Afeganistão é da população rural, dispersa e apoiada por inúmeros grupos tribais. Analistas políticos afirmam que os EUA não conseguirão sucesso na construção de um estado afegão efetivo, nem na derrota do Talibã. Por isso, afirmam que enviar mais tropas será um desperdício de dinheiro e de vidas humanas. Mas os efeitos de um fracasso seriam multiplicados por sua repercussão no mundo islâmico e poderão levar a uma retirada desastrosa, como foi no Vietnã. A alternativa realista seria um esforço a longo prazo de ajuda econômica, combinado com uma pequena força antiterrorista de 20.000 soldados. Entretanto, a desistência da luta no Afeganistão significaria uma derrota dos EUA e da OTAN, com o retorno do Talibã para a maior parte do território do país e o encorajamento de grupos militantes no Paquistão, país que dispõe de bombas nucleares. Será difícil convencer as forças armadas do Paquistão a enfrentar o Talibã, se os EUA desistirem da luta no Afeganistão. Os ataques aéreos, particularmente por aviões não tripulados, têm causado pesadas perdas entre a população civil, despertando dúvidas entre os governos aliados quanto à legitimidade de enviar mais tropas, na ausência de instituições políticas confiáveis e eficientes na alocação desses recursos materiais e financeiros. A população civil aguarda passivamente o desfecho das ações e das retaliações das forças militares e dos insurgentes.

Antes de negociar com o Talibã, as forças armadas dos Estados Unidos querem enfraquecê-los. Por isso, insistem com o exército paquistanês para recusar refúgio aos militantes, o

que não é facilmente aceito pelos militares. Os EUA são odiados, apesar de todo o dinheiro que desembolsam para seus “aliados”.

Em setembro passado, o Congresso aprovou um aumento na ajuda não militar ao Paquistão no valor de US\$ 7,5 bilhões para os próximos cinco anos. Paradoxalmente, esta ajuda piorou as relações entre os dois países devido às condições atreladas à doação. O Congresso exige evidências concretas de ações contra os “jihadistas”, particularmente aqueles dispostos a atacar a Índia, e quer os militares fora da política. Os partidos da oposição e a mídia ficaram profundamente ofendidos, o que levou o ministro de Relações Exteriores a voar para Washington com uma solicitação de compromisso, antes que Obama assine a proposta e a torne lei. O presidente do Paquistão, Asif Zardari, saiu enfraquecido, enquanto seus opositores triunfaram, com a demonstração de que os militares consideram a política externa assunto sério demais para ser deixado nas mãos dos políticos.

Ao redigir esses comentários, a mídia anuncia que os EUA sofreram um novo revés pela escalada de violência no Afeganistão, no momento em que o governo Obama discute o envio de mais tropas para a região. Ataques a bomba no sul do país causaram a morte de 8 soldados, elevando o número de mortos neste mês a 55, o mais alto desde o início da invasão em 2001. A tragédia ocorre em um momento em que, pela primeira vez, um alto funcionário do Departamento de Estado renuncia a seu cargo, em protesto contra a guerra no Afeganistão. “Minha renúncia é baseada nas dúvidas e reservas sobre o por que e com quais objetivos conduzimos essa guerra”, afirmou o ex-capitão dos fuzileiros navais. Em entrevista ao

jornal Post, disse também que “os afegãos combatem os EUA porque há tropas americanas no país e Washington apoia um governo corrupto, instalado em Cabul”.

Relações com a China e o problema da Coreia do Norte.

As delicadas relações entre os EUA e a China persistem desde o restabelecimento de relações diplomáticas, na era de Richard Nixon e de Henry Kissinger. Apesar de toda a insegurança e as incertezas nos caminhos de aproximação, a cooperação econômica cada vez mais estreita entre as duas superpotências é inevitável. As duas economias se tornaram inter-relacionadas e complementares, sobretudo durante as últimas duas décadas. Os Estados Unidos são o maior devedor e a China o maior credor da economia mundial. Desde a mudança climática até a recuperação da economia mundial, o mundo necessita da cooperação entre os dois países.

Subjacente às relações tensas, está a competição pela hegemonia econômica e militar. A China detém US\$ 800 bilhões de suas reservas em títulos da dívida dos EUA, o suficiente para causar sérios problemas à economia norte-americana. De fato, a economia chinesa representa apenas 1/3 da norte-americana e seu orçamento de defesa é um sexto do dos americanos. Mas, especular com as letras do tesouro norte-americano em poder dos chineses irá prejudicar também a economia chinesa, dependente das importações dos produtos dos EUA e da abertura de seu mercado para as importações chinesas. A decisão algo precipitada de Obama de impor tarifas sobre a importação de pneus chineses pode reforçar as tendências protecionistas nos EUA e levar a uma guerra comercial, prejudicial a ambas as partes.

Outro problema grave é representado pela Coreia do Norte, onde prevalece a pobreza, subnutrição, repressão violenta aos direitos humanos e à manifestação de qualquer descontentamento político. Somente a China tem alguma influência sobre o regime de Kim Jong Il e prioriza em sua política com o vizinho o status quo, por medo de um êxodo em massa, atravessando suas fronteiras, em caso de desestabilização do regime comunista, minimizando o problema do arsenal de armas nucleares e de foguetes do ditador.

O Irã e sua política nuclear.

Desde a derrubada do regime do Xá Reza Pahlevi em 1979 e a subsequente ocupação da embaixada dos EUA pelos iranianos, as relações têm sido de mútua desconfiança, agravada pelas revelações recentes sobre a construção de novas instalações para enriquecimento de urânio, construídas em local escondido na região montanhosa de Qoom.

Após meses de discussões entre as potências ocidentais, a Rússia e a China, propõe agora a inspeção das instalações, a fim de verificar se seu uso é para a produção de urânio enriquecido para fins pacíficos. Mas os inspetores da AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica – querem observar algo mais do que as instalações e equipamentos de Qoom. Querem acesso a documentos e a funcionários das usinas, o que foi recusado até o presente pelas autoridades de Teerã. Assim, continuam a arrastar-se as negociações com as potências que querem adivinhar as reais intenções do programa nuclear iraniano, considerado uma ameaça mortal para a população e o governo de Israel.

Israel e os Palestinos

O processo de paz entre Israel e os palestinos constitui um dos problemas

mais explosivos e intratáveis enfrentados por vários presidentes norte-americanos nas últimas décadas.

Obama parecia deslanchar em grande estilo ao dirigir-se ao mundo árabe em seu discurso na Universidade do Cairo, tentando convencer seus ouvintes de sua determinação para conseguir uma solução equitativa e justa para os palestinos. Pressionou o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, a concordar em público, pela primeira vez, com a necessidade de criação de um estado palestino, embora com a restrição de desmilitarização e de controle das fronteiras pela polícia e pelo exército de Israel. Mas Netanyahu recusa-se a parar a construção de novos assentamentos na Cisjordânia e, contrariamente a Ehud Olmert, seu predecessor, não quer ouvir falar da divisão de Jerusalém. Por outro lado, a recusa do Hamas de reconhecer Israel torna a tarefa de formar um governo de unidade palestina inviável. Entretanto, as linhas gerais de um acordo têm sido definidas. A fronteira entre os dois estados deve aproximar-se das linhas existentes em 1967 e os três blocos de assentamentos onde residem 300.000 israelenses serão incorporados por Israel, com compensações territoriais a serem negociadas. Jerusalém será dividida como capital dos dois estados, Israel e Palestina. A questão dos refugiados será equacionada com o retorno simbólico de uma minoria às suas terras de pré-1948. Olmert aproximava-se bastante a essas condições em conversações com Mahmoud Abbas, no ano passado, mesmo sem o envolvimento significativo dos EUA. O Hamas, apesar de sua ambigüidade e divisão interna, não está longe de um acordo para iniciar negociações. Faltou o discurso direto de Obama, à semelhança daquele proferido no Cairo dirigido ao

mundo árabe, exortando os israelenses e convencendo-os de que a criação de um estado palestino seria a maior garantia de segurança e paz a longo prazo. Um pronunciamento claro e incisivo de Obama sobre a necessidade de se criar o estado palestino e sobre como resolver os problemas pendentes constituiria um novo parâmetro para ambas as populações e seus líderes, na busca da paz.

América Latina

Além do problema da imigração através da fronteira mexicana, são vários os pontos de atrito para a diplomacia norte-americana, no subcontinente. É profundo o desagrado dos EUA com o regime de Hugo Chávez na Venezuela e sua influência crescente, pregando a revolução bolivariana, na América do Sul e Central e arregimentando em seu apoio a Bolívia, o Equador, a Nicarágua e, possivelmente, o Uruguai. Por outro lado, o estabelecimento de bases de operação para forças militares norte-americanas na Colômbia, supostamente para ajudar no combate ao narcotráfico, traz um clima de apreensão e de suspeita ao subcontinente, inclusive no Brasil. A longa e dura história de apoio a intervenções e golpes militares no século passado ainda repercute fortemente no imaginário, na mente e nos corações das populações, vítimas das atrocidades cometidas pelos regimes autoritários apoiados pelos EUA. O conflito surgido recentemente em Honduras, onde o presidente Manuel Zelaya foi afastado por um golpe de estado, foi motivo de manifestações negativas por parte de todos os países membros da OEA – Organização dos Estados Americanos – menos os EUA, que adotaram uma atitude ambígua em relação ao golpista Roberto Micheletti, protelando as negociações até

provavelmente as eleições presidenciais marcadas para fim de novembro.

Cuba e a base de Guantânamo

No mês de setembro de 2009, o governo norte-americano renovou a legislação de embargo a Cuba, desta vez sob a presidência de Obama. Há quase duas décadas que o assunto é discutido na Assembléia Geral das Nações Unidas que, invariavelmente, condena o embargo americano. Desta vez, a rejeição foi geral: 187 votos contra 3, sendo que somente os EUA, Israel e Palau votaram contra a condenação do embargo. Na sessão plenária, o chanceler cubano qualificou o embargo de genocídio “eticamente inaceitável” e que continua sendo uma política absurda. De fato, desde a eleição de Obama não houve mudanças significativas no bloqueio econômico, comercial e financeiro contra a ilha. Entretanto, algumas medidas de alívio do bloqueio foram adotadas este ano, tais como o fim de restrições a viagens e de limites de remessas de dinheiro para Cuba, bem como a discussão sobre a retomada de serviços postais diretos entre os dois países. A representante dos EUA nas negociações reafirmou que um avanço nas relações entre os dois países depende principalmente de mudanças na política de direitos humanos de Cuba. Houve também progresso nas conversações bilaterais sobre imigração e espera-se, em breve, a retomada das conversas sobre o controle do tráfico de drogas e do terrorismo.

Em que pese a força política do “lobby” dos exilados residentes na Florida e a oposição republicana no Congresso, existe uma tênue expectativa de um relaxamento gradual do bloqueio e de restabelecimento de relações normais entre os dois países. Neste sentido, o fechamento da prisão de Guantânamo prometido por Obama durante sua

campanha eleitoral, embora possa demorar por falta de alternativas para acolher os presos acusados de terrorismo, não deve prejudicar o lento avanço em direção à normalização das relações, medida esta aprovada maciçamente pela Assembléia das Nações Unidas.

Considerações finais

Doze meses são um período curto demais para avaliar o desempenho do presidente eleito da (ainda!) maior potência do mundo.

O agradecimento com o prêmio Nobel da Paz surpreendeu o mundo político. É verdade, Obama logo manifestou sua preferência pela diplomacia e as negociações e conclamou para a redução universal, até a eliminação completa de todas as armas nucleares.

Mas o candidato Obama não se cansou de repetir durante sua campanha “Yes, we can” – sim, podemos – e prometeu reconstruir a nação, terminar a guerra do Iraque, expulsar os Talibãs do Afeganistão e proporcionar um sistema de saúde para todos aqueles que até hoje continuam desamparados. Ademais, prometeu a criação de um sistema operacional (“cap and trade”) para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, assim, salvar o planeta!

Um ano depois das eleições, o balanço é pobre, embora não totalmente negativo. O governo Obama salvou os bancos, as montadoras e os proprietários de imóveis da falência com dinheiro público, o que foi percebido pelos cidadãos que honram seus compromissos e pagam impostos como uma bofetada. Obama salvou e estabilizou o sistema financeiro, evitando uma catástrofe de proporções inimagináveis. Depois de combater a mais grave crise econômico-financeira das últimas oito décadas, o governo

parece estar novamente no comando de uma economia que voltou a crescer (pouco!), mas continua a eliminar empregos e a acumular dívidas.

Os maiores desafios – a reforma do sistema de saúde e a guerra do Afeganistão – continuam a exigir esforços e imensos recursos, muito além do que já foi contraído como dívida pública e que pesará nos anos vindouros nos orçamentos do governo e dos cidadãos. E, além dessas questões, existem o Irã, o Oriente Médio, as mudanças climáticas, a imigração ilegal do México e a indispensável regulamentação financeira.

É certo, grandes reformas exigem tempo e muita habilidade política para ganhar o apoio do Congresso e da maioria da população.

No entanto, continuam a ser lançadas bombas contra suspeitos de terrorismo por aviões não tripulados, que causam a morte de milhares de civis inocentes,

inclusive crianças e idosos, o que põe em dúvida a afirmação peremptória feita durante a campanha eleitoral: “rejeitamos a opção entre segurança e nossos ideais”.

“Toda a situação política que existe em Washington trabalha contra a esperança, o otimismo e a unidade”, afirmou David Axelrod, um dos assessores mais próximos de Obama.

A reforma do sistema de saúde e a elaboração de uma nova matriz energética irão realocar trilhões de dólares e afetarão a todos que consomem energia, ou seja, toda a população.

Para os observadores do cenário político e os analistas das medidas para reorganizar a economia e as finanças, paira no ar uma dúvida existencial: “Sim, precisamos e queremos mudanças, mas seriam essas medidas adotadas pelo governo Obama aquelas que realmente almejamos”?



* **HENRIQUE RATTNER** é Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP); e na pós-graduação no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Fundador do Programa LEAD Brasil e da [ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças](#)